

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ



Processo Nº: 5150/24

Rubrica

Rs: 2

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: 101ea61e-cd00-4574-8d44-4e88ad8e8908
Protocolo: Processo Requerimento Nº 005150/2024
Data: 04/03/2024 15:04:22
Origem: B E B RESTAURANTEE SIMILARES LTDA
Contato: B E B RESTAURANTEE SIMILARES LTDA
Protocolador: MATEUS DE CASTRO
Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO
Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 04/03/2024 15:04:51	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada



Nova Friburgo Prefeitura <pregaoeletronico.friburgo@gmail.com>

Processo N° 5.550/194
Rubrica 8
Fis: 3

pedido impugnação pregao eletronico 248/2023

1 mensagem

Michel Costa Corrêa <michelcodo@hotmail.com>

Para: "pregaoeletronico.friburgo@gmail.com" <pregaoeletronico.friburgo@gmail.com>

4 de março de 2024 às 14:01

boa tarde, prezados, segue me anexo pedido de impugnação tempestivo do pregão eletrônico 248/2023 sem mais para o momento agradecemos a atenção dispensada.

att:

Michel Costa
Auxiliar Administrativo
CABO FRIO - RJ
Cel: (022) 98826 4140

B e B restaurante e similares Eireli

 impugnação friburgo assinado.pdf 566K

Processo Nº. 5.150/24
Rubrica
Fls: 4

Restaurante
Fior de Maracujá



B E B RESTAURANTE E SIMILARES EIRELI
Estrada Velha do Arraial do Cabo – Praia do Sudoeste – Cabo Frio
CNPJ Nº: 29.368.072/0001-78

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO – RJ
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, TRABALHO E POLITICAS
PUBLICAS PARA A JUVENTUDE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ilmo(a). Sr(a). Pregoeiro(a)
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 248/2023.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4196/2023

B E B RESTAURANTES E SIMILARES LTDA., sociedade
empresária sediada em CABO FRIO - RJ, na estrada velha do Arraial do Cabo, s/n, bairro
praia do sudoeste, CEP 28905-970, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o número
29.368.072/0001-78, neste ato representada por sua sócia proprietária, nos autos do
procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico n.º 248/2023, vem respeitosamente
à presença de V.Sa., fulcrada no item 25 do edital em epígrafe, apresentar tempestivamente
a presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

com base nas matérias de fato e de direito a seguir esposadas, para ao final requerer a
suspensão do procedimento licitatório em curso e modificação dos itens editalícios
impugnados:

I – DO CABIMENTO DA IMPUGNAÇÃO E TEMPESTIVIDADE:



25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

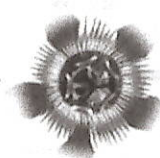
25.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

25.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

25.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, ao pregoeiro pelo endereço de e-mail pregaoeletronico.triburgo@gmail.com.

Considerando que a data prevista para abertura da Sessão Pública é o dia 14/03/2024, desta feita, o termo final para apresentação da peça termina em 11/03/2024. Assim, temos que a presente peça é legal, tempestiva e deverá ser conhecida e julgada no prazo previsto no instrumento, o que se requer desde já.

Restaurante
Flor de Maracujá



B E B RESTAURANTE E SIMILARES EIRELI

Estrada Velha do Arraial do Cabo – Praia do Sudoeste – Cabo Frio

CNPJ Nº: 29.368.072/0001-78

II - OMISSÃO RELEVANTE – DA INEXISTÊNCIA DE EXIGÊNCIA DE CERTIDÃO VÁLIDA DE REGISTRO E QUITAÇÃO DA EMPRESA JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO (CRN) EM QUE TENHA SUA RESPECTIVA SEDE E COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO DO PROFISSIONAL DE NUTRIÇÃO NOMEADO COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA LICITANTE – ITEM 19 E SEGUINTES DO EDITAL (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA)

A presente impugnação dirige-se contra a falta de previsão no edital de que as empresas licitantes tenham registro ou inscrição na entidade profissional competente, em plena validade, que nesse caso é o conselho regional de nutrição (CRN) e comprovação do vínculo empregatício do profissional em nutrição da empresa, que deverão ser previstos no item 19 (qualificação técnica) do Edital, e se referem à atividade licitada, qual seja, **o ramo de alimentação**. Tais itens precisam ser solicitados de acordo com os termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Contudo, é necessário esclarecer qual é o objetivo deste Pregão Eletrônico e o tipo de contratação que o município pretende. Veja-se o que o termo de referência define como objeto a ser licitado:

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de **REFEIÇÕES - alimentos prontos (preparados por terceiros) tipo quentinha para atender ao Ponto de Apoio para População em situação de Rua em cumprimento às disposições da Portaria nº 369/2020 com alterações da Portaria MDS nº 884 de 10 de maio de 2023 para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**, pelo período de 01 (um) ano.

A contratação envolve todo o processo de operacionalização e desenvolvimento de todas as etapas que envolvem a produção, conservação, transporte, e distribuição de refeições a população de rua.

Processo Nº. 5.150/24
Rubrica
Fls. 6

Restaurante
Flor de Maracujá



B E B RESTAURANTE E SIMILARES EIRELI

Estrada Velha do Arraial do Cabo – Praia do Sudoeste – Cabo Frio
CNPJ Nº: 29.368.072/0001-78

O Termo de Referência prever e descreve todo o objeto licitado. Ainda como se vê, a quantidade licitada é bem considerável e trata-se, pois, de serviço **altamente complexo**, de grande relevância e que possui **grande risco**, uma vez que o gerenciamento inadequado no processo de elaboração e distribuição de refeições pode gerar danos irreparáveis à saúde de pessoas já fragilizadas.

Assim, em razão dessa prestação altamente complexa e em nível de excelência, segundo ainda o art. 67 da lei 14.133/21 o necessário seria que o Edital estabelecesse que as licitantes devam apresentar seus registros no conselho regional de nutrição (CRN) de sua sede e comprovação de vínculo empregatício do profissional em nutrição responsável técnico de sua empresa. Vejamos o que diz o artigo 67 da lei 14.133/21.

Artigo 67 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021

Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

- I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
- II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;
- III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;
- V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;
- VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Ao contrário disso, ao suprimir completamente tal exigência, o Estado, - bem como a prefeitura municipal de Nova Friburgo - RJ que necessitará de tais serviços estará propensa a contratar com qualquer licitante, inclusive aquele que não atende as condições mínimas para executar um serviço tão sério de prestação de serviços de alimentação a uma

Processo Nº. 5.150/24
Rubrica
Fls: 7

Restaurante
Flor de Maracujá



B E B RESTAURANTE E SIMILARES EIRELI

Estrada Velha do Arraial do Cabo – Praia do Sudoeste – Cabo Frio
CNPJ Nº: 29.368.072/0001-78

população bem específica da sociedade, bem fragilizada, sem condições sociais ou financeiras de tratar uma infecção intestinal ou qualquer outro dano causado por uma alimentação sem acompanhamento de um profissional de nutrição habilitado. E ainda descumprirá a lei 14.133/21

Outrossim, cumpre-nos transcrever abaixo editais elaborados por diversos órgãos da Administração Pública, visando a contratação do fornecimento de refeições similares, contendo tais exigências:

a) EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2023, PROMOVIDO PELA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO.

b) EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2024, PROMOVIDO PELO INSTITUTO FEDERAL DO SUDOESTE DE MINAS GERAIS.

c) EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2023, PROMOVIDO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ.

Desta forma, devem ser acolhidos os termos desta Impugnação, incluindo no item 19 do referido do edital, que as licitantes devam apresentar seus registros no conselho regional de nutrição (CRN) de sua sede e comprovação de vínculo empregatício do profissional em nutrição responsável técnico de sua empresa.

Tal ausência fere de morte os princípios norteadores da Administração Pública, especialmente o princípio da eficiência (art. 37, da CF), na medida em que, **possibilita a participação de pessoa jurídica inabilitada para executar a atividade**, que por sua vez é devidamente regulamentada pelo poder público. Fere, ainda, o princípio da legalidade, em que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

“É dever da Administração garantir que as empresas participantes tenham um mínimo de documentação técnica e que possam sofrer fiscalização de órgãos técnicos e

Processo Nº: 5.150/24
Rubrica
Fls: 8

Restaurante
Flor de Maracujá



B E B RESTAURANTE E SIMILARES EIRELI

Estrada Velha do Arraial do Cabo – Praia do Sudoeste – Cabo Frio

CNPJ Nº: 29.368.072/0001-78

sanitários, quanto à prestação de serviços de risco à saúde humana, como é o caso em tela.”

DOS PEDIDOS:

Por todo o exposto, requer a Impugnante seja a presente Impugnação recebida e julgada procedente, de acordo com os supracitados motivos, adequando o procedimento licitatório e consequentemente o Edital impugnado ao comando legal e à realidade da prestação efetiva de seu objeto, para que:

(a) Seja incluído no item 19 (qualificação técnica) do edital, passando-se a constar que que as licitantes devam apresentar seus registros no conselho regional de nutrição (CRN) de sua sede, em plena validade, e comprovação de vínculo empregatício do profissional em nutrição responsável técnico de sua empresa.

Nesses termos, pede deferimento:

Atenciosamente,

LEYDE ANA MELO

PEREIRA:0045611530

7

Assinado de forma digital por

LEYDE ANA MELO

PEREIRA:00456115307

Dados: 2024.03.04 13:57:44 -03'00'

Leyde Ana Melo Pereira

Proprietária.

Processo Nº. 5.150/24
Rubrica
Fls: 8

Processo Nº.	5350/84
Rubrica	8
Fis.	20

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO	29.368.072/0001-78
MATRIZ	
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/01/2018

NOME EMPRESARIAL	B E B RESTAURANTE E SIMILARES LTDA
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	FLOR DE MARACUJA
PORT	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	56.11-2-01 - Restaurantes e similares
---	---------------------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS	56.20-1-01 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas
--	--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA	206-2 - Sociedade Empresária Limitada
---	---------------------------------------

LOGRADOURO	EST VELHA DO ARRAIAL DO CABO
CNPJ	28.905-970
BAIRRO/DISTRITO	PRAIA DO SUDOESTE
MUNICÍPIO	CABO FRIO
UF	RJ

ENDEREÇO ELETRÔNICO	ANNAMELLOBOCC@HOTMAIL.COM
TELEFONE	(22) 9980-5242

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)	*****
SITUAÇÃO CADASTRAL	ATIVA
DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL	05/01/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
SITUAÇÃO ESPECIAL	*****
DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL	*****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.
Emitido no dia 04/03/2024 às 14:27:32 (data e hora de Brasília).

republicação do edital devidamente retificado.

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da impugnação para

V da Lei 14.133/21.

Em breve síntese, insurge-se a impugnação contra a habilitação técnica do Edital de Licitação. Alega que o edital é omissivo quanto a exigência que as empresas licitantes apresentem registro ou inscrição no Conselho Regional de Nutrição - CRN, em plena validade, bem como comprovação de vínculo empregatício do profissional em nutrição responsável técnico de sua empresa na forma que dispõe o artigo 67, incisos. I e

I. DO RELATÓRIO

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **B E B RESTAURANTES E SIMILARES LTDA.**, com fulcro no artigo 164 da Lei nº 14.133/2021 e artigo 16 de IN SEGES/ME nº 73/2022, por intermédio de seu representante legal, **tempestivamente**, contra os termos do **Edital Pregão Eletrônico nº 248/2023**.

Processo Licitatório nº 4.196/2023, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 248/2023, REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de **REFEIÇÕES - alimentos prontos (preparados por terceiros) tipo quentinha para atender ao Ponto de Apoio para População em situação de Rua em cumprimento às disposições da Portaria nº 369/2020 com alterações da Portaria MDS nº 884 de 10 de maio de 2023 para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pelo período de 01 (um) ano.**

A Secretaria Municipal de Assistência Social

Comissão de Pregão II

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA



NOVA
FRIBURGO
PREFEITURA



PROCESSO Nº: 5.150/2024
RUBRICA: FOLHA: 11

I. ÁREA DE NUTRIÇÃO EM ALIMENTAÇÃO COLETIVA
A. SUBÁREA - GESTÃO EM UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (UAN)
A.1. SEGMENTO - UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (UAN) INSTITUCIONAL (Pública e Privada)
A.1.1. Subsegmento - Serviços de Alimentação Coletiva (autogestão e concessão) em: empresas e instituições, hotéis, hotelaria marítima, comissarias, unidades prisionais, hospitais,

Conforme se verifica na norma regulamentar nº 600/2018, em seu ANEXO III denominado PARÂMETROS NUMÉRICOS MÍNIMOS DE REFERÊNCIA PARA ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA:

Tendo em vista que a impugnante não expôs as razões pelas quais compreende que deveriam ser exigidas das licitantes o registro ou inscrição no Conselho Regional de Nutrição - CRN, em plena validade, bem como comprovação de vínculo empregatício do profissional em nutrição responsável técnico de sua empresa, com apresentação da fundamentação legal para a correta solução da controvérsia, realizamos pesquisa sobre a matéria, onde tomamos conhecimento que o Conselho Federal de Nutrição expediu a Resolução CFN nº 600 de 25 de fevereiro de 2018, a qual dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências, e a Resolução CFN nº 702 de 15 de setembro de 2021 a qual dispõe sobre o registro e cadastro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Nutricionistas e dá outras providências.

II. FUNDAMENTOS

Comissão de Pregão II

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA



NOVA
FRIBURGO
PREFEITURA



PROCESSO Nº: 5.150/2024
FOLHA: 12
RUBRICA:

Nº Nutricionistas por unidade: 01

Observação: Para os Restaurantes Comerciais e similares que tenham contrato formal de concessão de fornecimento de refeições com **empresa pública** ou privada, aplicam-se os parâmetros da **Tabela 1** da área de Nutrição em Alimentação Coletiva – Segmento Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) institucional (Pública e Privada).

Tabela 7

A.4.1. Subsegmento – Restaurantes Comerciais e similares

A.4. SEGMENTO – SERVIÇO COMERCIAL DE ALIMENTAÇÃO

Carga horária técnica semanal: 12h

Nº de Nutricionistas: 01;

Nº de Grandes Refeições/dia: até 100;

Tabela 1. Serviços de alimentação coletiva (autogestão e concessão) em: empresas e instituições, hotéis, hotelaria marítima, comissárias, unidades prisionais e similares.

clínicas em geral, hospital-dia, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), spa clínicos, serviços de terapia renal substitutiva, instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e similares

Comissão de Pregão II

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA



PREFEITURA
NOVA FRIBURGO



PROCESSO Nº: 5.150/2024
RUBRICA: 13 FOLHA: 13

Por todo o exposto, tendo em vista que as alegações são de cunho estritamente técnico, feitas as considerações acima narradas, encaminho o presente processo, na forma que dispõe o artigo 16º, parágrafo §1º da IN SEGES/ME nº 73/202 e o subitem 26.11 do edital do Pregão Eletrônico nº 248/2023, para pronunciamento de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, a fim de subsidiar a decisão deste pregoeiro ante a impugnação interposta.

II, as que produzem refeições para indivíduos ou coletividades, qualquer que seja o processo de preparo, conservação e distribuição;

[...]

Art. 3º São pessoas jurídicas obrigadas ao registro no CRN:

II, dispõe que:

Já a Resolução CFN 702/2021 em seu Capítulo II, Seção I, artigo 3º, inciso

Considerando que, conforme item 3.5 do Termo de Referência, serão servidas, em média, 90 refeições por dia, as empresas licitantes deverão possuir no mínimo um responsável técnico nutricionista com pelo menos 12h de carga horária técnica semanal, conforme Tabela 1 da área de Nutrição em Alimentação Coletiva – Segmento Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) institucional (Pública e Privada) da Resolução CFN nº 600, de 25 de fevereiro de 2018.

Comissão de Pregão II

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

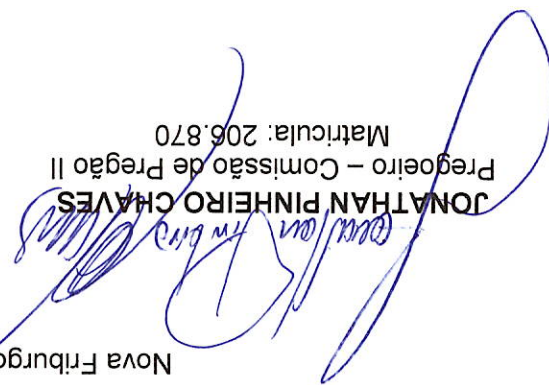


NOVA
FRIBURGO
PREFEITURA



PROCESSO Nº: 5.150/2024
RUBRICA: 14

Nova Friburgo, 08 de março de 2024.


JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matrícula: 206.870

Após, solicito que os autos sejam encaminhados à Procuradoria Geral do Município para análise os aspectos jurídicos recorridos, sobretudo quando a aplicação das normativas citadas às licitações públicas, ante ao objeto licitado.

Comissão de Pregão II

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA



NOVA
FRIBURGO
PREFEITURA



PROCESSO Nº: 5.150/2024
RUBRICA: 15

Matrícula 115286

Nutricionista

Soraya/Fonseca Salvaia de Paula

Soraya Fonseca Salvaia
NUTRICIONISTA
CPF 026.677.083-00
CNPJ 09.410.991/22-2

MONITORIA TAVARES (LTM)
PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA FRIBURGO
Matrícula 1991



Prescrito em
03/03/24
an 08.104

comensais.

Dessa forma, é garantido o controle da qualidade da alimentação fornecida aos Nutricionistas e possuir vínculo com a empresa fornecedora. Além disso, esse profissional precisa ser cadastrado no Conselho Regional de Responsável Técnico Nutricionista para supervisionar e garantir o controle de qualidade do alimento servido o que também vale para fornecimento de alimentação transportada "tipo Com isso, é necessário que toda empresa fornecedora de alimentação possua ou a indivíduos sadios ou enfermos em instituições públicas e privadas. de alimentação e nutrição; realizar assistência e educação alimentar e nutricional à coletividade Nutrição em Alimentação Coletiva: planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar os serviços 8.234, de 17 de setembro de 1991, compete ao nutricionista, no exercício de suas atribuições em Incisos II, VI e VII do Artigo 3º; Incisos III, IV, VI XI e Parágrafo Único do Artigo 4º da Lei Federal nº De acordo com RDC 600/2018 do Conselho Federal de Nutrição e Fundamento legal.

Prezada,

Referência: Esclarecimento ao Processo de Impugnação nº 5150/2024 referente ao processo Licitatório 4196/2023 tendo como objeto Aquisição de refeições Alimentos prontos "Tipo quentinha" para atender o ponto de apoio para População de Situação de Rua.

A Gestão de Processos
A/C Monara Tavares

Memorando SASDHTPPJ n.º 254/2024

Nova Friburgo - RJ, 13 de março de 2024.

SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL,
DIREITOS HUMANOS,
TRABALHO E POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Nº PROCO 5150/24
46

NOVA
FRIBURGO
PREFEITURA



Considerando que a minuta do Edital foi analisada pela Procuradoria em tempos pretéritos, não sendo sinalizada a

matrícula 115.286;

16 pela nutricionista Soraya Fonseca Salvaya de Paula, Assim, considerando os esclarecimentos contidos a fl.

Nesse ínterim, diante do esposado pelo Pregoeiro à fl. 14, solicitamos pronunciamiento de ordem técnica junto à Nutricionista responsável no momento pela Pasta.

Cotejando a Impugnação em epígrafe, em síntese, insurge-se a Impugnante contra os documentos de habilitação técnica contida no Edital, aduzindo que para a contratação em apreço, mister que as empresas licitantes tenham registro ou inscrição na entidade profissional competente, em plena validade, que neste caso é o Conselho Regional de Nutrição e comprovação do vínculo empregatício do profissional em nutrição da empresa. E que tais exigências deverão estar previstas no item 19 (qualificação técnica) do Edital de acordo com o artigo 67 da Lei 14.133/2021.

Trata-se o presente processo de Impugnação interposta pela empresa B E B RESTAURANTES E SIMILARES LTDA. ao instrumento editalício do prego eletrônico nº 248/2023.

À Procuradoria Geral do Município

Nova Friburgo, 15 de março de 2024.

PROCESSO Nº: 1503/2024
DATA: 15/03/2024
RUBRICA: [assinatura]
FOLHA: 14

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIREITOS HUMANOS
TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE



NOVA FRIBURGO
PREFEITURA



Assessor de Nível Superior de Apoio Administrativo da
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos,
Trabalho de Políticas Públicas para a Juventude
Matrícula 199.511

Monara Tavares da Silva Cunha

De acordo, em prosseguimento:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos
Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude
Matrícula: 106.137

necessidade de dispor no referido instrumento tais condições
de habilitação;

Considerando que deve haver ponderação de forma
minuciosa sobre a necessidade ou não do objeto do requerimento
do Impugnante, vez que poderia a mesma configurar exigência
desnecessária e, por conseguinte, excessiva, retirando assim o
caráter competitivo e isonômico que deve, sempre que possível,
ser respeitado em todos os processos licitatórios.

Remetemos os autos à esta especializada para
manifestação jurídica.

Após, retornem-se, para caso necessário, possamos
realizar as alterações indicadas e remeter à Comissão de
Fregão para publicação de novo Edital.

SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIREITOS HUMANOS
TRABALHO E POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE



NOVA FRIBURGO
PREFEITURA



PROCESSO Nº:
DATA: 15/03/24
RUBRICA:
FOLHA: 08

Memorando às fls. 16 no qual, em resposta a solicitação de esclarecimento, a nutricionista Soraya Fonseca Salvaya de Paula, aponta pela necessidade de tal previsão.

As fls. 11/15, consta manifestação da Comissão de Pregão II, em que traz considerações acerca da norma regulamentar nº 600/2018 e da resolução CFN 702/2021, solicitando, ao fim, o encaminhamento dos autos à esta especializada, haja vista se tratar de questão jurídica.

Em síntese, a impugnante requer a suspensão do procedimento licitatório com a modificação do item editalício impugnado, qual seja, o item 19, para que passe a constar que os licitantes devem apresentar seus registros no conselho regional de nutrição (CRN) de sua sede, em plena validade, e comprovação de vínculo empregatício do profissional em nutrição responsável técnico em sua empresa.

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa BEB RESTAURANTES E SIMILARES LTDA acerca do edital de licitação constante de fls. 352/390 referente ao Pregão Eletrônico 248/2023 dos autos de nº 4.196/2023, referente ao registro de preço para futura e eventual aquisição de Refeições – alimentos prontos (preparados por terceiros) tipo quentinha para atender ao Ponto de Apoio para População em situação de Rua em cumprimento às disposições da Portaria nº 369/2020 com alterações da Portaria MDS nº 884 de 10 de maio de 2023 para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pelo período de 01 (um) ano.

I - DO RELATÓRIO

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Assuntos Administrativos;

Processo: 5.150/2024
Impugnante: BEB Restaurantes e similares LTDA
Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 248 de 2023 - Processo Licitatório n. 4.196/2023

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
5150
04.03.24
Folhas N.º 19
Rubrica

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Às fls. 17/18, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude, suscita o encaminhamento dos autos à esta assessoria, para análise jurídica e emissão de parecer.

É o relatório, passa-se à fundamentação.

II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação, ora apreciada, é tempestiva e foi recebida pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecida, analisada e decidida.

Em matéria de impugnação ao edital de licitação, dispõe o art. 164 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

A impugnação deverá ser dirigida à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber a impugnação sendo a mesmo conhecida, poderá julgá-la procedente ou improcedente.

No caso em análise, como medida de apoio, o pregoeiro entendeu pelo encaminhamento dos autos à esta assessoria, por se tratar de questão eminentemente jurídica.

Desta forma, passa-se à análise da questão jurídica.

No caso em exame, em que pese se tratar não de recurso contra eventual julgamento das propostas ou da habilitação, mas sim de impugnação ao edital, o regramento segue lógica semelhante. Conforme narrado no relatório, na hipótese presente, a Comissão de Pregão II se manifestou motivadamente pelo encaminhamento dos autos junto à esta assessoria para manifestação jurídica acerca das questões levantadas.

“O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos”.

Por sua vez, o subitem 22.5 do edital assim dispõe:

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detêm o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito da impugnações interpostas, que, no caso em tela, é a Secretaria de assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho de Políticas Públicas para a Juventude, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Entretanto, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir as impugnações e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

NOVA
FRIBURGO
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

22.05.24

5150

Juliana



II.1 - Da Vinculação ao Instrumento Convocatório

Nas sábias palavras de Hely Lopes Meirelles (*Direito Administrativo Brasileiro*, 30a ed., SP: Malheiros, p. 283), o edital é a lei interna da licitação e vincula inteiramente a Administração e os proponentes.

Assim, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 5º, da Lei n. 14.133/2021, *in verbis*:

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento, do objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economia e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)."

O princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório possui extrema relevância, na medida que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas, como leciona Lúcia Rossi em seu *Manual de Direito Administrativo* (2015, p. 530):

"Além das disposições legais aplicáveis num procedimento licitatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha essencialmente vinculada (art. 41 da Lei n. 8.666/93)";

Trata-se de uma garantia não só para a Administração, mas também para todos os licitantes, conferindo lisura na realização do certame, eis que todas as partes envolvidas têm conhecimento das regras a serem aplicadas.

De toda sorte, verifica-se que o edital trouxe tão somente previsão genérica sobre a qualificação dos licitantes, não estando atento às peculiaridades da contratação a ser efetuada, que no caso envolve o fornecimento de marmitas para alimentação de pessoas em situação de rua.

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei”;

operacional será restrita a:

“Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-

contratos, segundo a qual:

A previsão editalícia está em consonância com o que dispõe a Nova Lei de Licitações e

19.1 – Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

O edital, em seu subitem 19.1, assim dispôs:

II.2 - Da necessidade de apresentação do CRN

Conforme narrado anteriormente, o mérito da impugnação gira em torno da necessidade ou não de previsão, no item 19 do edital, de previsão no sentido da necessidade de que os licitantes apresentem seus registros no conselho regional de nutrição (CRN) de sua sede, em plena validade, e comprovação de vínculo empregatício do profissional em nutrição responsável técnico de sua empresa.



No caso específico de serviços que envolvam o fornecimento de alimentos, deve ser mantida a observância do disposto na Resolução CFN 703, de 15 de setembro de 2021, que dispõe sobre a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e o Atestado de Responsabilidade Técnica por Execução de Serviços, expedidos pelos Conselhos Regionais de Nutricionistas, para fins de comprovação de qualificação técnica por execução de serviços nas áreas de alimentação e nutrição.

A Resolução citada estabelece o que se segue:

“Art. 2º Para fins de comprovação de qualificação técnico-operacional, o Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) da jurisdição de execução dos serviços poderá expedir a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, que tenha sido emitido pela contratante da empresa requerente, demonstrando a capacidade operacional na execução de serviços nas áreas de Alimentação e Nutrição.

§ 1º Para expedição da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica pelo CRN da Unidade da Federação (UF) de execução dos serviços, os Atestados de Pessoa Jurídica de que trata o caput deste artigo deverão conter serviços executados durante o período do registro regular da prestadora no CRN da jurisdição e serem datados e assinados pelo responsável legal ou pessoa designada pela Pessoa Jurídica contratante, devidamente identificada.

§ 2º A expedição da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica de que trata o caput deste artigo, poderá ser requerida pela Pessoa Jurídica interessada no prazo de até 5 (cinco) anos contados do término da prestação do serviço descrita no respectivo atestado.”.

Pontua-se que o art. 3º da Resolução aponta sua necessidade para fins de participação de licitações que tratem sobre fornecimento de alimentos, como se verifica:

“Art. 3º A Certidão de Registro de Pessoa Jurídica confere à Pessoa Jurídica prestadora dos serviços a



NOVA
FRIBURGO
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

22/03/24

Folhas N.º 25

Rubrica

prerrogativa de participar em licitações, promovidas em todo o território nacional, apresentando-o como prova de qualificação técnica-operacional.

Parágrafo único. Os serviços declarados nos Atestados devem se manter

compatíveis com as atribuições dos responsáveis técnicos da Pessoa

jurídica prestadora dos serviços.;"

Pontua-se que as disposições supracitadas já foram alvo de questionamento judicial, tendo

o STJ afastado sua aplicação no que se refere exclusivamente aos serviços de bares e restaurantes, mas nunca apontando a possibilidade de participação em licitações sem o referido registro, como se

verifica:

“Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (e-STJ fl. 432):
ADMINISTRATIVO. HOTEL E RESTAURANTE. REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO. NÃO OBRIGATORIEDADE. EXIGÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO. INEXISTÊNCIA.

1. Hipótese em que se discute se os **restaurantes** estão obrigados a se registrar no Conselho Regional de Nutrição das suas respectivas localidades, bem como de contratar nutricionista como responsável técnico; 2. Cabe ao Conselho Regional efetivar o registro dos profissionais e empresas nos seus quadros, daí porque somente ele deve figurar no polo passivo da lide, sendo desnecessário que o Conselho Federal o componha; 3. Os **restaurantes**, no exercício de suas atividades, expõem à venda

alimentos preparados, não cuidando de analisar as necessidades orgânicas dos usuários, nem de lhes prescrever dietas, daí que não prestam serviços de nutricionista. Quando muito, e se desejarem, podem contar em seus quadros de empregados, com aquele profissional. Assim, nem se sujeitam à inscrição no **CRN**, nem à contratação compulsória de responsável técnico.



NOVA FRIBURGO
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICIPIO

22/03/24

Folhas N.º 26

Rubrica

4. É ilegal a exigência de contratação de responsável técnico nutricionista, uma vez que só poderia ser criada através de lei em sentido formal e material, e não por resolução do CNF;

5. Apelações e remessa oficial improvidas.

(RECURSO ESPECIAL Nº 1.511.689 - AL (2015/0009461-9) - RELATOR(A) Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES)

De toda sorte o caso que ora se analisa não se refere a mera prestação de serviço, como bar ou restaurante, mas sim ao fornecimento de marmitas para alimentação de pessoas em situação de rua, de forma que deve ser mantida hígida a exigência prevista na Resolução CFN 703, no sentido da necessidade de inscrição no CRN.

Quanto ao local, basta a expedição do CRN no que se refere à sede do licitante, não sendo possível a exigência da confirmação de registro no CRN também do local da licitação, posto que entendimento diverso, caracterizaria frustração ao caráter competitivo da licitação, conforme entendimento do STJ:

“ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - ADMINISTRATIVO - RECURSO ESPECIAL - PRELIMINAR DE PRECLUSÃO CONSUMATIVA AFASTADA - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (MERENDA) - INABILITAÇÃO - FALTA DE COMPROVAÇÃO DE REGISTRO PERANTE CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO DO LOCAL DA LICITAÇÃO - DESNECESSIDADE - CLÁUSULA EDITALÍCIA OFENSIVA AO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE.

1. Não se opera a preclusão consumativa se o recorrente desiste do primeiro recurso, interposto na pendência do julgamento de embargos de declaração, e apresenta novo apelo depois de ultimado o julgamento dos aclaratórios. 2. Conforme o disposto no § 1º do art. 3º da Lei 8.666/93, “é vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação,



NOVA FRIBURGO
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

02/03/24

5150

Folhas N.º 27 Rubrica

cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impropriedade para o específico objeto do contrato".

3. A exigência da confirmação de registro no Conselho Regional de Nutrição do local da licitação, além daquele já expedido pelo CRN da sede do licitante, restringe o caráter competitivo do certame e estabelece preferências ou distinções em razão da sede ou domicílio dos interessados. Ademais, eventual exigência dessa natureza somente seria devida por ocasião da contratação, e não da qualificação técnica do

4. Recurso especial provido."

(Resp 1155781 / ES
RECURSO ESPECIAL
2009/0149864-0 – RELATORA: Ministra ELIANA CALMON)

Assim, conclui-se pela necessidade de apresentação dos registros no CRN, bastando a apresentação de tal documentação no local da sede do licitante. Sugere-se ainda, afim de evitar futuros recursos ou novas impugnações, que tal exigência se restrinja aos casos em que as fornecedoras das marmitas sejam também as responsáveis pela sua produção. Caso a licitante seja responsável tão somente pela intermediação, ou seja, apenas a fornecedora, deverá ser comprovado tão somente que a empresa que produz as marmitas que serão repassadas possui o respectivo registro.

ainda que de natureza civil, como se verifica:

Nessa lógica, conforme entendimento do TCU, não se faz necessária a demonstração de vínculo de natureza empregatícia, bastando a existência de contrato de prestação de serviços válido,

competitivo da licitação.

desarrazoada, que restringe sem justificativa o escopo de participantes, frustrando o caráter de comprovação de vínculo empregatício com determinado profissional, constitui exigência excessiva e
Neste sentido, a jurisprudência encaminhou-se no sentido de que a exigência de

Com efeito, a razão de ser da norma (14.133/21), ao prever a necessidade de habilitação técnica das licitantes, é a demonstração e garantia de mínima segurança à Administração de que aquele que apresenta as propostas e lances possui condição para o cumprimento das obrigações assumidas.

Verifica-se, portanto, que, mediante a Resolução 703/2021, o CFN avocou a responsabilidade de cancelar a execução dos serviços, atestando a participação do profissional de nutrição devidamente habilitado, o que reforça a conclusão quanto à desnecessidade das eventuais exigências adicionais, mormente no que tange à existência de vínculo empregatício entre o profissional de nutrição e a empresa.

Conforme já mencionado, a resolução CFN 703 dispõe, em seu art. 2º, § 1º que: “a obtenção da mencionada certidão de registro, os atestados de capacidade técnica devem conter serviços executados durante o período do registro regular da prestadora no CRN da jurisdição e serem datados e assinados pelo responsável legal ou pessoa designada pela pessoa jurídica contratante.”.

empresa.”, se faz necessário tecer algumas considerações.

Quanto à parte final do requerimento do impugnante, a que aduz pela necessidade de “...comprovação de vínculo empregatício do profissional em nutrição responsável técnico de sua

o representante da empresa

II.3- Da desnecessidade de vínculo empregatício entre o profissional nutricionista e

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO
22-03-2024
Folhas N.º 28
Rubrica
5/50

NOVA FRIBURGO
P R E F E I T U R A





NOVA
FRIBURGO
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

02/05/2014

5150

Carlos Eduardo V. N. de Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula nº 63347

“E irregular a exigência de comprovação de vínculo empregatício do responsável técnico de nível superior com a empresa licitante, uma vez que extrapola as exigências de qualificação técnico-profissional definidas no art. 30, inciso II e § 1º, da Lei 8.666/1993.

[...]

Há vários julgamentos desta Corte de Contas no sentido de considerar que a expressão quadro permanente não implica que o profissional deva necessariamente integrar os quadros da empresa competidora como empregado ou como sócio. Segundo o Voto do Ministro-Relator do Acórdão 1097/2007-TCU-Plenário, Min. Valmir Campelo, não é necessária a presença de vínculo empregatício para comprovação de que o profissional integra o quadro permanente da sociedade. Em muitos casos, é suficiente a comprovação da existência de um contrato de prestação de serviços, sem vínculo

trabalhista e regido pela legislação civil comum.

Além disso, a jurisprudência dominante nesta Corte é no sentido de que a exigência de que as empresas concorrentes possuam vínculo empregatício com o profissional técnico qualificado por meio de carteira de trabalho assinada mostra-se excessiva e limitadora à participação de eventuais interessados no certame, uma vez que o essencial para a Administração é que o profissional esteja em condições de efetivamente desempenhar seus serviços no momento da execução de um possível contrato. (v.g. Acórdãos nº s 1.390/2010, 3.148/2014, 3.291/2014 e 1.447/2015, todos do Plenário).

(Acórdão 1988/2016-Plenário – RELATOR ANDRÉ DE CARVALHO - DATA DA SESSÃO 03/08/2016 – Negrito e Sublinhado nosso)

“REPRESENTAÇÃO. EMGEPRON. PREGÃO ELETRÔNICO 30/2022. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA PREPARAÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES. DESCLASSIFICAÇÃO DA REPRESENTANTE POR DESATENDIMENTO AO ITEM 10.6.C DO EDITAL. ALGAÇÃO DE NÃO COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO DA RESPONSÁVEL TÉCNICA DA

- b) Pela necessidade de existência de profissional nutricionista que preste serviços ao licitante, sendo desnecessária a exigência de que o vínculo seja empregatício, valendo aqui a mesma ponderação feita quando da análise de necessidade ou não do CRN, ou seja: 1) caso a empresa seja produtora e fornecedora das Refeições, que demonstre que pela produção possui o respectivo registro;
- a) Pela necessidade de apresentação dos registros no CRN, bastando a apresentação de tal documentação no local da sede do licitante. Sugere-se ainda, afim de evitar futuros recursos ou novas impugnações, que seja observado o seguinte temperamento: 1) Caso a empresa seja produtora e fornecedora das Refeições, que demonstre que possui CRN válida; 2) caso seja apenas a fornecedora, que comprove que a empresa responsável

Diante do informado, entende esta assessoria:

III - DA CONCLUSÃO

produtor cumpre tal requisito.

Assim, verifica-se a necessidade de existência de profissional nutricionista que preste serviços ao licitante, sendo desnecessária a exigência de que o vínculo seja empregatício, valendo aqui a mesma ponderação feita quando da análise de necessidade ou não do CRN, ou seja: caso o licitante seja o produtor e fornecedor das marmitas, deverá comprovar a existência da prestação do serviço de nutricionista; caso seja apenas fornecedor, deverá demonstrar que o produtor cumpre tal requisito.

(TC 021.483/2022-1 - ACÓRDÃO Nº 2561/2022 – Plenário)

REPRESENTANTE. PEDIDO CAUTELAR. CONHECIMENTO. PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA ADOÇÃO DE MEDIDA DE URGÊNCIA. SUSPENSÃO CAUTELAR DO CERTAME OU DA EXECUÇÃO DO CONTRATO EVENTUALMENTE ASSINADO. AUTORIZAÇÃO DAS DEMAIS MEDIDAS PROPOSTAS PELA UNIDADE INSTRUTIVA. Apreciação do Plenário da Medida CAUTELAR ADOTADA. COMUNICAÇÕES.”

Folhas Nº 30 Rubrica 50000

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

5150

DATA 22/03/24

NOVA
FRIBURGO
PREFEITURA





NOVA
FRIBURGO
P R E F E I T U R A

há contrato de prestação de serviços com tal profissional; 2) caso seja apenas a fornecedora, que comprove que a empresa responsável pela produção cumpre tal requisito.

Pelo exposto, opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão para ciência do presente parecer e adoção das providências que entender cabíveis.

Ressalta-se que a opinião desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, sub censura, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 21 de março de 2024

Victor Valadares Beserra Figueiredo
Assessor de Nível Intermediário
Subprocuradoria de Processos Administrativos

Mat. 63.162

Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula 63347

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

5/150
27/03/24

Folhas 11º 31

Rubrica

V da Lei! 14.133/21.

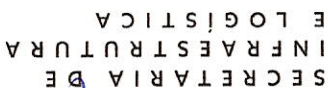
DO RELATÓRIO

Pregão Eletrônico nº 248/2023, informando o que se segue:

Social (SUAS), pelo período de 01 (um) ano.

DECISAO DE IMPUGNACAO Nº 001/2024 – CP II

Comissao de Pregao II



RUBRICA: _____
FOLHA: 32

PROCESSO Nº: S.150/2024

Comissão de Pregão II

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da impugnação para republicação do edital devidamente retificado.

II. DA ANÁLISE

Tendo em vista que a impugnante não expôs as razões pelas quais compreende que deveriam ser exigidas das licitantes o registro ou inscrição no Conselho Regional de Nutrição - CRN, em plena validade, bem como comprovação de vínculo empregatício do profissional em nutrição responsável técnico de sua empresa, com apresentação da fundamentação legal para a correta solução da controvérsia, realizamos pesquisa sobre a matéria, onde tomamos conhecimento que o Conselho Federal de Nutrição expediu a Resolução CFN nº 600 de 25 de fevereiro de 2018, a qual dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências, e a Resolução CFN nº 702 de 15 de setembro de 2021 a qual dispõe sobre o registro e cadastro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Nutricionistas e dá outras providências.

Conforme se verifica na norma regulamentar nº 600/2018, em seu ANEXO III denominado PARÂMETROS NUMÉRICOS MÍNIMOS DE REFERÊNCIA PARA ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA:

I. ÁREA DE NUTRIÇÃO EM ALIMENTAÇÃO COLETIVA
A. SUBÁREA – GESTÃO EM UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (UAN)
A.1. SEGMENTO – UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (UAN)
(UAN) INSTITUCIONAL (Pública e Privada)

Observação: Para os Restaurantes Comerciais e similares que tenham contrato formal de concessão de fornecimento de refeições com **empresa pública** ou privada, aplicam-se os parâmetros da **Tabela 1** da área de Nutrição em Alimentação Coletiva – Segmento Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) institucional (Pública e Privada).

Nº Nutricionistas por unidade: 01

Tabela 7

A.4.1. Subsegmento – Restaurantes Comerciais e similares

A.4. SEGMENTO – SERVIÇO COMERCIAL DE ALIMENTAÇÃO

Carga horária técnica semanal: 12h

Nº de Nutricionistas: 01;

Nº de Grandes Refeições/dia: até 100;

Tabela 1. Serviços de alimentação coletiva (autogestão e concessão) em: empresas e instituições, hotéis, hotelaria marítima, comissarias, unidades prisionais e similares.

A.1.1. Subsegmento – Serviços de Alimentação Coletiva (autogestão e concessão) em: empresas e instituições, hotéis, hotelaria marítima, comissarias, unidades prisionais, hospitais, clínicas em geral, hospital-dia, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), spa clínicos, serviços de terapia renal substitutiva, instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e similares

Comissão de Pregão II

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA



NOVA FRIBURGO
PREFEITURA



PROCESSO Nº: 5.150/2024
RUBRICA: *[assinatura]*
FOLHA: *34*

Isto posto, com fulcro no artigo 16º, parágrafo §1º, da IN SEGES/ME nº 073 de 30 de setembro de 2022, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **B E B RESTAURANTES E SIMILARES LTDA** no processo

VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Pelo exposto o edital deverá ser retificado, incluindo a exigência da empresa licitante possuir respectivo registro ou inscrição na entidade profissional competente na forma do artigo 67, inciso V da Lei 14.133/21, bem como a exigência de apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, para fins de contratação, na forma do artigo 67, inciso, I da Lei 14.133/21.

II. as que produzem refeições para indivíduos ou coletividades, qualquer que seja o processo de preparo, conservação e distribuição;

[...]

Art. 3º São pessoas jurídicas obrigadas ao registro no CRN:

II, dispõe que:

Já a Resolução CFN 702/2021 em seu Capítulo II, Seção I, artigo 3º, inciso

Resolução CFN nº 600, de 25 de fevereiro de 2018.

Segmento Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) institucional (Pública e Privada) da técnica semanal, conforme Tabela 1 da área de Nutrição em Alimentação Coletiva – mínimo um responsável técnico nutricionista com pelo menos 12h de carga horária servidas, em média, 90 refeições por dia, as empresas licitantes deverão possuir no Considerando que, conforme item 3.5 do Termo de Referência, serão

Comissão de Pregão II

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA



NOVA
FRIBURGO
PREFEITURA



PROCESSO Nº: S.150/2024
FOLHA: 35
RUBRICA:

JONATHAN PINHEIRO
Assinado de forma digital por
JONATHAN PINHEIRO
CHAVES:1339538270
Dados: 2024.04.02 11:54:33 -03'00'
2
JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matrícula: 206.870
Nova Friburgo, 02 de abril de 2024.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.gov.br/compras>.

do artigo 55 da Lei 14.133 de 01 de abril 2021.
PROVIMENTO, pela alteração do edital em comento e sua posterior divulgação na forma
licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 248/2023, e no mérito, DOU
Comissão de Pregão II

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA



NOVA
FRIBURGO
PREFEITURA



PROCESSO Nº: 5.150/2024
RUBRICA: FOLHA: 36